

Protocolos/Contratos/Acordos

18. Minuta de Protocolo de Colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga.

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta de protocolo de colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga, que tem por objeto apoiar a execução do Projeto B!EQUAL, coordenado pelo segundo outorgante, no âmbito do Programa “Escolhas”, com uma comparticipação financeira anual no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), nos termos constantes nos documentos que fazem parte do processo.

Assunto: Minuta de Protocolo de Colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga

Considerando que:

- A atividade desenvolvida pela Cáritas Arquidiocesana de Braga, no contexto em que se encontra inserida, dando respostas de primeira linha e de diversa natureza a pessoas em situação de enorme vulnerabilidade (*alimentação, saúde, habitação, violência e discriminação, igualdade de género, minorias, refugiados, entre tantas outras*) é muito importante para o nosso território;
- A Cáritas Arquidiocesana de Braga é um excelente exemplo da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade;
- É necessário estreitar laços de cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social;
- O articulado nas alíneas *u*) e *v*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, dispõe que nos compete apoiar atividades de natureza social de interesse para o Município, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, como é o da Coordenação do Projeto B!EQUAL, desenvolvido em Maximinos, Ferreiros e zonas envolventes, no âmbito do Programa “Escolhas”, assegurando a promoção da inclusão social de crianças e jovens de minorias étnicas, descendentes de migrantes e outros em risco de exclusão social, assim como das suas famílias. Programa este que, como tantos outros, é caracterizado por limitações de financiamento e pode ficar em risco se não existir um local/sede próximo da comunidade alvo da intervenção.

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar a minuta de protocolo em anexo, nos termos nela propostos.

O Chefe de Divisão

Anexos:

1. Minuta de Protocolo de Colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga

**CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA**

Protocolo de Colaboração

Considerando que:

A. Nos termos do disposto nas alíneas *g)* e *h)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da Saúde e Ação Social;

B. Compete à Câmara Municipal, nos termos das alíneas *u)* e *v)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades de natureza social de interesse para o Município, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social.

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.

E

A **CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA**, com o número de pessoa coletiva 501438394, com sede na Rua dos Falcões, 19 – 4700-316 Braga, no presente ato representada pelo Presidente da Direção, **João da Costa Nogueira**.

Atentos ao facto de a Caritas Arquidiocesana de Braga integrar o NPISA de Braga – Núcleo de Planeamento e Intervenção Pessoas em Situação de Sem-Abrigo de Braga, coordenado pelo Município de Braga, e implementar no terreno diversas respostas sociais de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nomeadamente no domínio habitacional.

A Caritas Arquidiocesana de Braga coordena várias respostas de primeira linha e de diversa natureza a pessoas em situação de enorme vulnerabilidade (*alimentação, saúde, habitação, violência e discriminação, igualdade de género, minorias, refugiados, entre tantas outras*) ações muito importantes para o nosso território.

A Caritas Arquidiocesana de Braga exerce a coordenação do Projeto B!EQUAL, desenvolvido em Maximinos, Ferreiros e zonas envolventes, no âmbito do Programa “Escolhas”, assegurando a promoção da inclusão social de crianças e jovens de minorias étnicas, descendentes de migrantes e outros em risco de exclusão social, assim como das suas famílias.

Celebram entre si o presente Protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

O presente protocolo visa apoiar a execução do Projeto B!EQUAL, coordenado pelo segundo outorgante, no âmbito do Programa “Escolhas”.

Cláusula Segunda

1. O período de vigência do presente protocolo é de doze meses, iniciando no mês em que o mesmo for assinado. Durante esse período, o Município compromete-se a apoiar a Caritas Arquidiocesana de Braga através da comparticipação financeira anual no valor de € 10.000,00 (dez mil euros).
2. O Município de Braga acompanha a implementação e o desenvolvimento do presente protocolo de colaboração.
3. O Município apoiará a divulgação da existência do Projeto B!EQUAL.

Cláusula Terceira

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

1. Garantir a disponibilização de um espaço para a sede da coordenação e equipa do projeto, em localização próxima da comunidade-alvo da intervenção a realizar.
2. Facultar informação e demais elementos necessários solicitados para o bom desenvolvimento da atividade.
3. Assegurar o equipamento necessário ao funcionamento do espaço.
4. Realizar ações adequadas ao projeto de vida do público-alvo.
5. Assegurar a promoção da inclusão social de crianças e jovens de minorias étnicas, descendentes de migrantes e outros em risco de exclusão social, assim como das suas famílias.
6. Analisar situações que possa vir a ser encaminhadas pelo primeiro outorgante, com vista a um possível enquadramento no Projeto.

Cláusula Quarta

O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.

A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

Cláusula Quinta

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula Sexta

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de Direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula Sétima

O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção.

Cláusula Oitava

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula Nona

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento n.º _____ na rubrica Dinamização das Atividades para a Coesão Social – Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos do orçamento do Município de Braga, tendo-lhe sido atribuído o registo de compromisso n.º _____.

Braga, 25 de Setembro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente Direção da Caritas Arquidiocesana de Braga

(João da Costa Nogueira)